

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA
RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
25 DE ABRIL DE 2023**

RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 67.010.660/0001-24

NIRE 35.300.335.210

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA– 25.04.2023

ÍNDICE:

Assembleia Geral Ordinária:

<i>Anexo I - Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia</i>	9
<i>Anexo II- Proposta de Destinação do Lucro Líquido</i>	40
<i>Anexo III- Comentários dos Administradores</i>	45
<i>Anexo IV - Informações sobre candidatos a membros do Conselho Fiscal da Companhia indicados pela administração ou acionistas controladores</i>	72

Senhores Acionistas:

Em atenção ao disposto na Resolução nº 81 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), de 29 de março de 2022 (“Resolução 81/2022”), conforme alterada, apresentamos a seguir a PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO da **RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.** (“Companhia”) (“Proposta”), contendo as informações e documentos relacionados aos assuntos a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da Companhia, a ser realizada no dia 25 de abril de 2023, às 10:30 horas na sede da Companhia, localizada na Cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco das Chagas de Oliveira, 2500, Higienópolis, CEP 15.085-485.

Ainda em observância ao estabelecido pela Resolução CVM nº 81/2022, conforme alterada, a RNI Negócios Imobiliários S.A., disponibilizará o sistema de votação a distância. As orientações para exercício do voto por meio do boletim de voto a distância encontram-se detalhadas no presente documento.

A AGO terá a seguinte ordem do dia:

- (i) Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes;
- (ii) Deliberar sobre a Proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2023;
- (iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;
- (iv) Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2023; e
- (v) Deliberar sobre a manutenção do Conselho Fiscal da Companhia e eleição dos seus respectivos membros.

A participação dos acionistas poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído ou por meio de envio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81/2022.

Para fins de participação do acionista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos, em sua via original ou cópia autenticada: Excepcionalmente, ainda em decorrência da pandemia do COVID-19, os documentos abaixo exigidos poderão ser protocolados digitalmente através do envio para o endereço eletrônico ri@rni.com.br, observado o quanto abaixo disposto.

PARA PESSOAS FÍSICAS:

- documento de identidade com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração.

PARA PESSOAS JURÍDICAS:

- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista.
- documento de identidade com foto do representante legal.

PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO:

- último regulamento consolidado do fundo.
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação.
- documento de identidade com foto do representante legal.

NOTA: A Companhia exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua estrangeira.

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO PESSOAL

Aos acionistas que desejarem participar pessoalmente da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, pedimos a gentileza de comparecerem na sede da Companhia, localizada na Cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco das Chagas de Oliveira, 2500, Higienópolis, CEP 15.085-485, portando os documentos mencionados acima.

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO MEDIANTE O ENVIO DE BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

A Companhia disponibilizará o sistema de votação a distância estabelecido pelo artigo 26 da Resolução CVM 81/2022. Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da AGO:

- (i) por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;
- (ii) por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Banco Bradesco S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; e
- (iii) por boletim de voto a distância enviado diretamente à Companhia.

Caso haja divergência entre eventual boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da AGO, portando os

documentos exigidos conforme o quadro acima, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

EXERCÍCIO POR PRESTADORES DE SERVIÇOS – SISTEMA DE VOTO A DISTÂNCIA

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, observadas as regras por esses determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o escriturador e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Os agentes de custódia encaminharão as manifestações de voto por eles recebidas à Central Depositária da B3S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que, por sua vez, gerará um mapa de votação a ser enviado ao escriturador da Companhia.

Nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador em até 7 dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até 17/04/2023 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador.

Vale notar que, conforme determinado pela Resolução CVM nº 81/2022, a Central Depositária da B3S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

Adicionalmente, o escriturador, também em linha com a Resolução CVM nº 81/2022, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

ENVIO DO BOLETIM PELO ACIONISTA DIRETAMENTE À COMPANHIA

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos na sede da Companhia, localizada na Cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco das Chagas de Oliveira, 2500, Higienópolis, CEP 15.085-485, aos cuidados da Diretoria Jurídica: (i) via física do (Boletim de Voto) devidamente preenchido, rubricado e assinado; e (ii) cópia autenticada dos documentos descritos na presente Proposta de Administração, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos em (i) e (ii) acima para o endereço eletrônico rni.ri@rni.com.br até o dia 17/04/2023, conforme orientações supra.

Uma vez recebidos os documentos referidos em **(i)** e **(ii)** acima, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022.

Caso o boletim de voto seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item **(ii)** acima, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço de e-mail indicado no boletim de voto.

Os documentos referidos em **(i)** e **(ii)** acima deverão ser protocolados na Companhia em até 3 dias antes da data da AGO.

Eventuais boletins de voto recepcionados pela Companhia após essa data também serão desconsiderados.

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO POR MEIO DE PROCURADOR | PROCURAÇÃO FÍSICA

As procurações devem ser outorgadas da forma tradicional, por instrumento físico. O acionista pessoa física poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja **(i)** acionista, **(ii)** advogado, **(iii)** instituição financeira ou **(iv)** administrador da Companhia.

Apresentaremos a seguir a PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO da Companhia com relação a cada um dos itens da ordem do dia da AGO.

APRECIÇÃO DAS CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

I. APRECIÇÃO DAS CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, foram publicados no dia 09 de março de 2023 no jornal “O Estado de São Paulo”, enviados à CVM e colocados à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia e no seu website – www.ri.rni.com.br em 08 de março de 2023.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia exigido pelo Art. 10º, parágrafo único, inciso III, da Resolução CVM nº 81/2022 constam do Anexo I à presente proposta.

II. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Tendo em vista que a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 21.352.030,04 (vinte e um milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, trinta reais e quatro centavos) no exercício de 2022, a proposta de destinação dos resultados do exercício foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08 de março de 2023, que

recomendou a destinação de 30% do lucro líquido da Companhia, após dedução da reserva legal, para pagamento de dividendos a todos os acionistas, nos termos do Art. 34, “d” do Estatuto Social da Companhia, bem como observado o disposto no Art. 202 da Lei nº 6.404/76.

As informações sobre a destinação do lucro líquido consoante os termos do Art. 10, parágrafo único, inciso II, da Resolução CVM nº 81/2022, conforme alterada, constam do Anexo II à presente proposta.

III.FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Para o exercício de 2023, a administração da Companhia propõe o montante global de até **R\$ 4.951.000,00 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e um mil reais)** para a remuneração de seus administradores. A administração destaca que a variação em relação ao ano de 2022 deve-se à inclusão do valor de remuneração variável decorrente de participação nos resultados e da futura eleição de mais um membro estatutário que ocorrerá em Maio/2023.

O valor global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2022 foi de R\$ 4.214.000,00 (quatro milhões, duzentos e quatorze mil reais), e o valor efetivamente pago aos administradores a título de remuneração no referido exercício foi de R\$ 3.856.000,00 (três milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil reais).

As informações sobre a remuneração dos administradores exigidas pelo Art. 13, inciso II, da Resolução CVM nº 81/2022, conforme alterada, constam do Anexo III à presente proposta.

IV.INFORMAÇÕES SOBRE CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA INDICADOS OU APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO OU ACIONISTAS CONTROLADORES

A administração da Companhia propõe a manutenção do Conselho Fiscal da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, com a reeleição dos seguintes membros:

- (a) Indicados pelos acionistas majoritários:
 - Roberto Lopes de Souza Junior (efetivo);
 - Ronaldo Angelo Pessetti (suplente);
 - Marco Antônio Bacchi da Silva (efetivo); e
 - Marcel Pinheiro Orlandini (suplente).
- (b) Indicados pelos acionistas minoritários (votação em separado):
 - Gustavo Adolfo Traub (efetivo); e
 - Guilherme Henrique Traub (suplente).

As informações exigidas pelo Art. 11 da Resolução CVM nº 81/2022 sobre os candidatos a membros do Conselho Fiscal constam do Anexo IV à presente proposta.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

CARLOS BIANCONI

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 67.010.660/0001-24

NIRE 35.300.335.210

ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

2.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A alavancagem financeira continua em patamares baixos, os índices de alavancagem da Companhia começam a refletir o novo ciclo de negócios, visto o volume de VGV lançado tem demonstrado crescimento. É importante reiterar ainda que esta alavancagem é substancialmente composta por dívidas de produção (72% do total), isto é, exclusivamente para financiar a construção de unidades habitacionais. O indicador Dívida Líquida (Ex-Dívida Produção) sobre Patrimônio Líquido em 2022 foi de 16,4%.

A Direção da Companhia acredita que a condição financeira e patrimonial permite a continuidade dos negócios, apresentando resultados suficientes para operacionalizar suas atividades, assim como cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses. Entretanto, tal afirmação não nos impede de buscar oportunidades no mercado sensibilizando a eventual necessidade de caixa para médio ou longo prazo.

Em 2022 houve consumo de caixa na ordem de R\$107,9 milhões (medida pela variação da dívida líquida), a qual se compara com consumo de caixa de R\$113,3 em 2021 e R\$62 milhões em 2020.

Indicadores de Liquidez	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
(a) Ativo Circulante	894.530	949.308	596.038
(b) Ativo não Circulante	1.317.243	987.582	983.791
(c) Passivo Circulante	471.291	467.976	302.088
(d) Passivo não Circulante	1.079.284	830.790	652.269
(e) Imóveis a Comercializar	786.823	824.760	641.053
Liquidez Corrente (a/c)	190%	203%	197%
Liquidez Geral ((a+b)/[c+d])	143%	149%	166%
Liquidez Seca ([a-e]/c)	23%	27%	-15%

b) estrutura de capital

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem condizentes com a operação e o momento econômico da Companhia.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$661.198 mil, versus R\$638.124 mil no mesmo período de 2021 e R\$625.472 mil em 2020. A variação do patrimônio líquido deve, basicamente, ao resultado reconhecido no período deduzido as distribuições de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía uma posição de caixa de R\$75 milhões. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$575 milhões e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido (incluindo as participações minoritárias) era de 87%. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía uma posição de caixa de R\$61 milhões. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$468 milhões e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido (incluindo as participações minoritárias) era de 73%. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía uma posição de caixa de R\$68 milhões. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$354 milhões e o índice dívida líquida sobre patrimônio líquido (incluindo as participações minoritárias) era de 56,6%.

A dívida bruta ao final de 2022 era de R\$650 milhões composta por R\$467 milhões de financiamento de projetos e R\$183 milhões por dívida corporativa. A dívida bruta ao final de 2021 era de R\$529 milhões composta por R\$379 milhões de financiamento de projetos e R\$150 milhões por dívida corporativa. No final de 2020 a dívida bruta era de R\$422 milhões composta por R\$309 milhões de financiamento de projetos e R\$113 milhões por dívida corporativa.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos*

A maior necessidade de recursos da Companhia deve-se a: (i) gastos com aquisição de áreas; (ii) incorporação imobiliária das unidades vendidas; (iii) custos relativos à prestação de serviços de construção a terceiros; e (iv) impostos indiretos relacionados às suas atividades operacionais, tais como PIS e COFINS.

A principal fonte de recursos da Companhia é o caixa gerado por meio de financiamentos e pelas suas operações, neste último caso, representado pelo produto da venda dos imóveis e lotes comercializados pela Companhia.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No curso de suas atividades, a Companhia capta recursos junto a instituições financeiras, preferencialmente através do Sistema Financeiro Habitacional (“SFH”) e Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), que oferece taxas de juros mais baixas em relação ao mercado bancário comum, e opções de pagamento desses empréstimos com a cessão dos recebíveis de clientes originados em suas operações. As operações de crédito da Companhia são geralmente

garantidas por hipoteca sobre os imóveis que estão sendo incorporados e penhor ou cessão fiduciária dos recebíveis e do produto da venda dos imóveis da Companhia.

Os créditos imobiliários são garantidos por hipoteca dos respectivos imóveis em moeda nacional, sendo captados na modalidade de financiamento do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, destinados para financiar a construção dos imóveis, estando sujeitos a taxas juros anuais conforme demonstrados conforme quadro abaixo, e com vencimento até 2029.

Além do financiamento junto ao SFH, SFI e das CCB imobiliária (“CCBI”) de produção a Companhia ao longo de 2022 captou dívida corporativa via emissões de CCB e Nota Promissória.

Dívida corporativa	Taxa de juros	Saldo devedor	
		31/12/2022	31/12/2021
Cedula de Crédito Bancário	180% CDI	-	50
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,88%	50.433	50.003
Nota Promissória	CDI+ 3,10%	66.788	62.699
Nota Promissória	CDI+ 2,90%	28.244	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	CDI+ 3,00%	37.687	37.117
		183.152	149.869

Dívida produção	Taxa de juros	Saldo devedor	
		31/12/2022	31/12/2021
Plano Empresário	8,30%+ TR	21.353	84.414
Plano Empresário	8,90%+ TR	18.091	32.236
Plano Empresário	9,00%+ TR	766	-
Plano Empresário	9,30%+ TR	22.818	21.328
Plano Empresário	3,5% + 100% do CDI	101.390	11.490
Plano Empresário	182% do CDI	-	1.218
Plano Empresário	4,52% + rendimento poupança	4.825	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	CDI+ 2,00%	103.086	41.233
Certificado de Recebíveis Imobiliários	CDI+ 1,70%	67.641	78.051
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 1,40%	-	3.765
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,31%	13.988	-
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,48%	7.581	-
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,55%	14.067	-
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,57%	-	14.023
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,40%	11.692	-
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,67%	13.525	-
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,70%	14.771	-
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,92%	11.430	20.170
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 3,41%	-	11.103
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,75%	-	6.006
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,81%	6.000	13.523
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,99%	1.002	2.003
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,00%	5.015	5.008
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 3,13%	2.011	2.008
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 3,10%	4.005	4.002
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 2,90%	-	5.198
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 3,07%	6.018	6.010
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 3,05%	6.052	6.002
Cedula de Crédito Bancário	CDI+ 3,08%	9.980	10.017
		467.107	378.808

Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento total da Companhia decorrente de tais instrumentos correspondia a R\$650.259 mil, sendo que 72% são referentes a dívida de produção.

A Companhia não tem exposição a contratos de derivativos, nem qualquer exposição a risco cambial.

A Diretoria acredita que as mesmas fontes de financiamento poderão ser utilizadas no futuro para o seu capital de giro e eventualmente para cobertura de deficiências de liquidez.

Apesar de não significativa, a necessidade de investimentos em ativos não circulantes, exceto investimentos em empreendimentos, é financiada pela própria geração de caixa ou utilização de fontes de financiamento de longo prazo.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Administração acredita que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vincendos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

A Companhia não apresenta investimentos relevantes em ativos não circulantes, não havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Valores em R\$Mil	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Crédito Imobiliário	118.989	150.686	169.243
CCBI/CRI de Produção	47.520	108.839	127.137
CRI de Produção	142.343	119.283	170.727
CCBI Corporativa	54.521	50.053	50.433
Capital de Giro	58.549	99.816	132.719
Dívida Bruta	<u>421.922</u>	<u>528.677</u>	<u>650.259</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(67.677)	(61.088)	(74.758)
Dívida Líquida	<u>354.245</u>	<u>467.589</u>	<u>575.501</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 87%, aumento de 13,8p.p. em relação aos 73,3%, de 31 de dezembro de 2021. Excluindo a dívida de produção este indicador fica de 13,9% em 31 de dezembro de 2021 para 16,4% em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 73,3%, aumento de 16,4p.p. em relação aos 56,6%, de 31 de dezembro de 2020. Excluindo a dívida de produção este indicador fica de 7,3% em 31 de dezembro de 2020 para 13,9% em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 56,6%, aumento de 9,3p.p. em relação aos 47,3%, de 31 de dezembro de 2019. Excluindo a dívida de produção este indicador fica de -10,0% em 31 de dezembro de 2019 para 7,3% em 31 de dezembro de 2020.

A Direção da empresa entende que o nível de endividamento da Companhia está compatível com as práticas do setor imobiliário, principalmente pelo fato da companhia trabalhar de forma orgânica desde o IPO.

CONTRATOS FINANCEIROS

Estão descritos abaixo os principais contratos financeiros celebrados pela Companhia que estão em vigor na data base de 31 de dezembro de 2022.

Saldo Devedor (em R\$ mil)	<u>2020</u>	%	<u>2021</u>	%	<u>2022</u>	%	<u>2021/2020</u>	<u>2022/2021</u>
Curto Prazo	134.424	32%	84.766	16%	218.629	34%	-37%	158%
Longo Prazo	287.498	68%	443.911	84%	431.630	66%	54%	-3%
TOTAL	<u>421.922</u>	<u>100%</u>	<u>528.677</u>	<u>100%</u>	<u>650.259</u>	<u>100%</u>	<u>25%</u>	<u>23%</u>
	<u>421.922</u>	<u>100%</u>	<u>528.677</u>	<u>100%</u>	<u>650.259</u>	<u>100%</u>	25%	23%

A dívida da Companhia constitui-se de três modalidades de linhas de crédito conforme abaixo:

(i) Financiamentos à construção em moeda nacional no âmbito do SFH – Sistema Financeiro da Habitação, do SFI – Sistema Financeiro Imobiliário e CCB Imobiliária, com juros pré-fixados que variam de TR + 8,3% a 9,2% a.a.; CDI+2,31 a 3,13% a.a. O saldo devedor atingiu R\$467.107.

O gráfico abaixo apresenta a evolução do saldo da dívida de produção a sua taxa de juros média ponderada pela participação do saldo devedor de cada empreendimento na composição do total.



- (ii) Em 19 de maio de 2020 a Companhia e suas controladas Rodobens Incorporadora Imobiliária 306 – SPE Ltda., Rodobens Incorporadora Imobiliária 308 – SPE Ltda. e Rodobens Incorporadora Imobiliária 309 – SPE Ltda. concluiu a captação de um CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) denominado CRI 297/298 no montante de R\$39.321 com vencimento em 23 de abril de 2023, sendo a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 3% a.a.

CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Em 9 de abril de 2020 a Companhia captou junto a instituição financeira uma Cédula de Crédito Imobiliário no montante de R\$50.000 com vencimento em 05 de abril de 2021, sendo a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 3,9% a.a., em 17 de março de 2021 renegociamos esta operação prorrogando o vencimento desta para 07 de março de 2023 com a redução da remuneração para 100% do CDI acrescidos de 2,88% a.a.

NOTAS PROMISSÓRIAS COMERCIAIS

Em 14 de maio de 2021 a Companhia concluiu a captação de uma operação com Notas Promissórias Comerciais junto a instituição financeira no montante de R\$60.000 com vencimento em 14 de maio de 2024, sendo a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 3,1% a.a.

NOTAS PROMISSÓRIAS COMERCIAIS

Em 19 de janeiro de 2022 a Companhia concluiu a captação de uma operação com Notas Promissórias Comerciais junto a instituição financeira no montante de R\$25.000 com vencimento em 19 de janeiro de 2025, sendo a remuneração de 100% do CDI acrescidos de 2,9% a.a.

Em 31 de Dezembro de 2022, a Companhia possui a seguinte composição para os financiamentos:

Em 31 de Dezembro de		2022
Valores em R\$ Mil	Saldo Desembolsado	Saldo a Desembolsar*
Dívida de Produção	467.107	338.477
CCB Imobiliária	50.433	-
Capital de Giro	132.719	-
Total	650.259	338.477

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras;

As demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de, 2022, 2021 e 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil em observância as disposições contidas nas Leis das Sociedades por Ações, normas IFRS e nas normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

<u>Demonstrações consolidadas dos resultados</u>	<u>Períodos findos em 31 de dezembro de</u>			<u>% Variação</u>	
	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021/2020</u>	<u>2022/2021</u>
Receita operacional bruta	470.668	633.742	896.959	34,6%	41,5%
Receita de incorporação e vendas imobiliárias	470.668	633.742	896.959	34,6%	41,5%
Devoluções da receita bruta	(145.325)	(149.075)	(214.675)	2,6%	44,0%
Impostos sobre Vendas	(8.578)	(11.267)	(15.193)	31,3%	34,8%
Receita operacional líquida	316.765	473.400	667.091	49,4%	40,9%
Custos operacionais	(249.893)	(355.530)	(501.394)	42,3%	41,0%
Custos de incorporação e vendas imobiliárias	(249.893)	(355.530)	(501.394)	42,3%	41,0%
	-78,9%	-75,1%	-75,2%		
Lucro bruto	66.872	117.870	165.697	76,3%	40,6%
	21,1%	24,9%	24,8%		
Receitas (despesas) operacionais	(54.690)	(98.049)	(116.211)	79,3%	18,5%
Despesas comerciais e com vendas	(32.052)	(58.667)	(74.603)	83,0%	27,2%
Despesas gerais e administrativas	(42.211)	(43.423)	(54.101)	2,9%	24,6%
Outras receitas operacionais	7.864	151	4.490	-98,1%	2873,5%
Resultado de equivalência patrimonial	11.709	3.890	8.003	-66,8%	105,7%
	-10,1%	-12,4%	-11,2%		
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	12.182	19.821	49.486	62,7%	149,7%
Resultado financeiro, líquido	1.265	8.922	948	605,3%	-89,4%
Resultado operacional antes de imposto de renda e contribuição social	13.447	28.743	50.434	113,8%	75,5%
Imposto de renda e contribuição social	(9.125)	(13.856)	(18.746)	51,8%	35,3%
Lucro antes das participações minoritárias	4.322	14.887	31.688	244,4%	112,9%
Participações de minoritários	(2.843)	(6.422)	(10.336)	125,9%	60,9%
Lucro líquido do período	1.479	8.465	21.352	472,3%	152,2%

Comparação Entre os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida cresceu 40,9% passando de R\$473.400 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$667.091 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Custos Operacionais

Os custos operacionais passaram de R\$355.530 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$501.394 mil em 31 de dezembro de 2022.

Lucro Bruto

No ano de 2021, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$117.870 mil vs. R\$165.697 mil apurados no ano de 2022. A margem bruta em 2021 foi de 24,9%, em linha dos 24,8% reportados em 2022.

Receitas (Despesas) Operacionais

As despesas operacionais em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$98.049 mil vs. R\$116.211 mil em 31 de dezembro de 2022.

Despesas Comerciais e com Vendas

As despesas comerciais e com vendas atingiram R\$58.667 mil em 31 de dezembro de 2021 vs. R\$74.603 mil em 31 de dezembro de 2022, principalmente devido ao crescimento do volume de lançamentos realizados ao longo do ano de 2022.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$43.423 mil em 31 de dezembro de 2021 vs. R\$54.101 mil em 31 de dezembro de 2022.

Equivalência Patrimonial

A Equivalência Patrimonial totalizou R\$3.890 mil no ano de 2021 vs. R\$8.003 mil em 2022.

Outras Receitas Operacionais, líquidas

Outras Receitas Operacionais em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$151 vs. R\$4.490 mil em 2022.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido em 2021 foi de R\$8.922 mil, vs. R\$948 no ano de 2022.

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia atingiu um resultado antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$28.743 mil no ano de 2021, vs. um lucro de R\$50.434 mil em 2022, crescimento de 75,5%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda e contribuição social foi de R\$13.856 mil no ano de 2021, vs. R\$18.746 mil no ano de 2022.

Resultado Líquido do Período

A Companhia obteve lucro líquido de R\$8.465 mil em 2021, vs. lucro líquido de R\$21.352 mil em 2022, crescimento de 152,2%.

Comparação Entre os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida cresceu 34,6% passando de R\$316.765 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$473.400 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Custos Operacionais

Os custos operacionais passaram de R\$249.893 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$355.530 mil em 31 de dezembro de 2021.

Lucro Bruto

No ano de 2020, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$66.872 mil vs. R\$117.870 mil apurados no ano de 2021. A margem bruta em 2020 foi de 21,1%, 3,8p.p. abaixo dos 24,9% reportados em 2021.

Receitas (Despesas) Operacionais

As despesas operacionais em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$54.690 mil vs. R\$98.049 mil em 31 de dezembro de 2021.

Despesas Comerciais e com Vendas

As despesas comerciais e com vendas atingiram R\$32.052 mil em 31 de dezembro de 2020 vs. R\$58.667 mil em 31 de dezembro de 2021, principalmente devido ao volume dos lançamentos que foram realizados ao longo do ano de 2021.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram R\$42.211 mil em 31 de dezembro de 2020 vs. R\$43.423 mil em 31 de dezembro de 2021.

Equivalência Patrimonial

A Equivalência Patrimonial totalizou R\$11.709 mil no ano de 2020 vs. R\$3.890 mil em 2021.

Outras Receitas Operacionais, líquidas

Outras Receitas Operacionais em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$7.864 mil vs. R\$151 em 2021.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido em 2020 foi de R\$1.265 mil, vs. R\$8.922 mil no ano de 2021.

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia atingiu um resultado antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$13.447 mil no ano de 2020, vs. um lucro de R\$28.743 mil em 2021, crescimento de 113,8%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda e contribuição social foi de R\$9.125 mil no ano de 2020, vs. R\$13.856 mil no ano de 2021.

Resultado Líquido do Período

A Companhia obteve lucro líquido de R\$1.479 mil em 2020, vs. lucro líquido de R\$8.465 mil em 2021, crescimento de 472,3%.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, 2021 E 2020

Rodobens Negócios Imobiliários S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	2022	2021	2020	Passivo	2022	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	70.556	57.450	64.377	Fornecedores	51.019	48.476	25.681
Aplicações financeiras	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	218.629	84.766	143.363
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	8.938	Financiamento por arrendamento financeiro	-	-	-
Créditos perante clientes	301.572	335.802	265.325	Debêntures	-	-	-
Contas a receber por venda de terrenos	5.094	6.302	23.723	Obrigações sociais e trabalhistas	20.116	15.555	8.183
Imóveis a comercializar	423.217	476.413	192.857	Obrigações tributárias	5.504	5.781	4.059
Contas a receber por venda de cotas sociais	2.405	2.147	-	Cessão de recebíveis	24.350	-	-
Créditos com terceiros	38.590	35.975	17.251	Contas a pagar por aquisição de imóveis	55.719	221.134	63.811
Despesas a repassar a SPEs	19.873	9.502	5.677	Impostos com recolhimento diferido	11.656	10.842	9.558
Despesas comerciais a apropriar	17.122	14.107	7.815	Provisão para garantia	8.458	6.147	6.737
Despesas antecipadas	3.203	2.934	2.920	Clientes coobrigação	-	-	-
Clientes coobrigação	-	-	-	Débitos com partes relacionadas	2.202	3.975	3.287
Dividendos a receber	-	-	-	Provisão para perdas em controladas	2.071	2.074	1.965
Outros créditos	12.898	8.676	7.155	Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	5.090	2.010	351
Total do ativo circulante	894.530	949.308	596.038	Contas a pagar por aquisição de participações	-	-	-
				Adiantamento de clientes	40.624	48.450	20.061
Aplicações financeiras	4.202	3.638	3.300	Outras contas a pagar	25.853	18.766	15.032
Créditos perante clientes	527.216	331.696	272.542	Total do passivo circulante	471.291	467.976	302.088
Contas a receber por venda de terrenos	223.642	135.290	93.233	Impostos com recolhimento diferido	33.855	26.416	21.747
Contas receber por alienação cotas	72.336	52.681	56.598	Empréstimos e financiamentos	431.630	443.911	287.498
Imóveis a comercializar	363.606	348.347	448.196	Cessão de recebíveis	64.164	-	-
Depósitos judiciais	13.258	13.425	6.934	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civeis	6.785	6.980	8.067
Créditos com terceiros	6.168	5.953	6.369	Contas a pagar por aquisição de imóveis	542.850	353.483	334.957
Créditos com partes relacionadas	5.947	3.279	2.340	Contas a pagar por aquisição de participações	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	Total do passivo não circulante	1.079.284	830.790	652.269
Investimentos:				Patrimônio líquido			
Investimentos em controladas e controladas em conjunto	76.113	69.003	71.741	Capital social	512.438	512.438	512.438
Investimentos a valor justo	-	-	-	Reserva legal	28.785	27.717	27.294
Imobilizado	18.076	17.871	17.112	Retenção de lucros	114.641	99.831	93.869
Intangível	6.679	6.399	5.426	Ações em tesouraria	(15.876)	(15.876)	(15.876)
Total do ativo não circulante	1.317.243	987.582	983.791	Lucros acumulados	-	-	-
Total do ativo	2.211.773	1.936.890	1.579.829	Total do patrimônio líquido atribuível aos Controladores	639.988	624.110	617.725
				Total do passivo e patrimônio líquido			
				Participação de não controladores	21.210	14.014	7.747

Análise do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020

Ativo

Caixa e Aplicações Financeiras - Circulante e Não Circulante

A tabela abaixo descreve o caixa e as aplicações financeiras da Companhia, nas datas indicadas:

	<u>Consolidado</u>			2021 X 2020	2022 X 2021
	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>		
Caixa e bancos	11.028	32.636	34.845	195,9%	6,8%
Aplicações financeiras	<u>53.349</u>	<u>24.814</u>	<u>35.711</u>	-53,5%	43,9%
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>64.377</u>	<u>57.450</u>	<u>70.556</u>	-10,8%	22,8%
Aplicações financeiras compromissadas com garantias de ações judiciais	97	221	2.967	127,8%	1242,5%
Aplicações financeiras caucionadas (c).	-	-	-	n/a	n/a
Títulos negociados no mercado	3.203	3.417	1.235	6,7%	-63,9%
Total aplicações financeiras	<u>3.300</u>	<u>3.638</u>	<u>4.202</u>	10,2%	15,5%
Total Caixa e Aplicação Financeira	<u>67.677</u>	<u>61.088</u>	<u>74.758</u>	-9,7%	22,4%

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$74.758 mil, crescimento de 22,4% em relação ao saldo de R\$61.088 mil em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$61.088 mil, uma redução de 9,7% em relação ao saldo de R\$67.677 mil em 31 de dezembro de 2020. Esta redução está atrelada ao crescimento da Companhia acompanhando o crescimento em volume de lançamentos.

Contas a Receber – Circulante e Não Circulante

A tabela abaixo descreve as contas a receber de clientes, nas datas indicadas:

	<u>Em 31 de dezembro de</u>				
	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021/2020</u>	<u>2022/2021</u>
Ativo Circulante	265.325	335.802	301.572	26,6%	-10,2%
Ativo não circulante (Realizável a Longo Prazo)	<u>272.542</u>	<u>331.696</u>	<u>527.216</u>	21,7%	58,9%
	<u>537.867</u>	<u>667.498</u>	<u>828.788</u>	24,1%	24,2%

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a receber de clientes totalizou R\$828.788 mil, vs. R\$667.498 mil em 31 de dezembro de 2021, crescimento de 24,2%. O crescimento evidencia o maior volume de vendas líquidas.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a receber de clientes totalizou R\$667.498 mil, vs. R\$537.867 mil em 31 de dezembro de 2020, crescimento de 24,1%. O crescimento evidencia o maior volume de vendas líquidas.

Contas a receber por venda de terrenos– Circulante e Não Circulante

Os saldos estão assim representados nas datas indicadas:

	Consolidado	
	31.12.2022	31/12/2021
Total ativo circulante	5.094	6.302
Total ativo não circulante	223.642	135.290
Total	228.736	141.592
Recebimentos por moeda corrente	-	-
Recebimentos por dação de unidades	-	12.000
Recebimentos por VGV	228.736	129.592
Total	228.736	141.592

Imóveis a Comercializar – Circulante e Não Circulante

O saldo de imóveis a comercializar estava assim composto, nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de				
	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021
Imóveis Concluídos	19.536	4.092	3.083	-79,1%	-24,7%
Imóveis em Construção	109.922	206.430	195.790	87,8%	-5,2%
Terrenos para futuras incorporações	<u>63.399</u>	<u>265.891</u>	<u>224.344</u>	319,4%	-15,6%
Total Ativo Circulante	<u>192.857</u>	<u>476.413</u>	<u>423.217</u>	147,0%	-11,2%
Terrenos para futuras incorporações	<u>448.196</u>	<u>348.347</u>	<u>363.606</u>	-22,3%	4,4%
Total Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo)	<u>448.196</u>	<u>348.347</u>	<u>363.606</u>	-22,3%	4,4%
Total Imóveis a comercializar	<u>641.053</u>	<u>824.760</u>	<u>786.823</u>	28,7%	-4,6%

Em 31 de dezembro de 2022, a conta de imóveis a comercializar totalizou R\$786.823 mil, recuo de -4,6% dos R\$824.760 mil de 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, a conta de imóveis a comercializar totalizou R\$824.760 mil, 28,7% acima dos R\$641.053 mil de 31 de dezembro de 2020.

Ativo Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo imobilizado totalizou R\$18.076 mil, comparados a R\$17.871 mil em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo imobilizado totalizou R\$17.871 mil, comparados a R\$17.112 mil em 31 de dezembro de 2020.

Passivo

Empréstimos e Financiamentos – Circulante e Não Circulante

Valores em R\$Mil	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Crédito Imobiliário	118.989	150.686	169.243
CCBI/CRI de Produção	47.520	108.839	127.137
CRI de Produção	142.343	119.283	170.727
CCBI Corporativa	54.521	50.053	50.433
Capital de Giro	58.549	99.816	132.719
Dívida Bruta	<u>421.922</u>	<u>528.677</u>	<u>650.259</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(67.677)	(61.088)	(74.758)
Dívida Líquida	<u>354.245</u>	<u>467.589</u>	<u>575.501</u>

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$650.259 mil em relação aos R\$528.677 mil de 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos totalizaram R\$528.677 mil em relação aos R\$421.922 mil de 31 de dezembro de 2020.

Contas a Pagar por Aquisição de Imóveis – Circulante e Não Circulante

O saldo de contas a pagar por aquisição de terrenos aumentou de R\$574.617 em 31 de dezembro de 2021 para R\$598.569 em 31 de dezembro de 2022 devido a aquisição de novas áreas a serem lançadas. Do saldo dos compromissos assumidos na compra de terrenos demonstrados, 92% serão liquidados com o repasse de percentual do VGV dos respectivos empreendimentos, 1% será liquidado em moeda

corrente nacional, conforme as condições constantes nos contratos de compra e venda; e 7% por dação de unidades.

O saldo de contas a pagar por aquisição de terrenos aumentou de R\$398.768 em 31 de dezembro de 2020 para R\$574.617 em 31 de dezembro de 2021 devido a aquisição de novas áreas a serem lançadas. Do saldo dos compromissos assumidos na compra de terrenos demonstrados, 94% serão liquidados com o repasse de percentual do VGV dos respectivos empreendimentos, 1% será liquidado em moeda corrente nacional, conforme as condições constantes nos contratos de compra e venda; e 5% por dação de unidades.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido totalizou R\$661.198 mil em 31 de dezembro de 2022, crescimento de 4% em relação aos R\$638.124 mil em 31 de dezembro de 2021.

O patrimônio líquido totalizou R\$638.124 mil em 31 de dezembro de 2021, crescimento de 2% em relação aos R\$625.472 mil em 31 de dezembro de 2020.

Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2020		<u>625.472</u>
Proposta para destinação do lucro líquido:		
Dividendos adicionais aprovados	-	70
Reserva legal		
Dividendos intermediários distribuídos		-
Dividendos Propostos	-	2.010
Reserva para retenção de lucros		
Recompra de ações permanência em tesouraria		-
Opções sobre ações exercidas		-
Cancelamento de Ações		-
Mutuações de PL na participação de não controladores em investidas		227
Participação de não controladores	-	382
Lucro Líquido do Período		14.887
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021		<u>638.124</u>
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021		<u>638.124</u>
Proposta para destinação do lucro líquido:		
Dividendos adicionais aprovados	-	403
Reserva legal		
Dividendos intermediários distribuídos		-
Dividendos Propostos	-	5.071
Reserva para retenção de lucros		
Recompra de ações permanência em tesouraria		-
Opções sobre ações exercidas		-
Cancelamento de Ações		-
Mutuações de PL na participação de não controladores em investidas		1.960
Participação de não controladores	-	5.100
Lucro Líquido do Período		31.688
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022		<u>661.198</u>

Liquidez e Recursos de Capital

As principais fontes de liquidez da Companhia derivam do caixa gerado por suas operações e, da contratação de financiamentos imobiliários e empréstimos, que podem ser garantidos por terrenos ou contas a receber. O financiamento e o gerenciamento do fluxo de caixa da Companhia são cruciais em uma atividade de longo prazo como a da Companhia. A Companhia busca reduzir a exposição de caixa para cada empreendimento imobiliário com o uso das seguintes estratégias: (i) financiamento da totalidade ou de parte do preço de compra de terrenos, mediante outorga, ao vendedor do terreno, de certo número de Unidades a serem construídas no terreno ou de um percentual do produto da venda das Unidades no empreendimento imobiliário; e (ii) financiamento da construção com recursos do SFH/SFI e CCB Imobiliária. A Companhia acredita que as linhas crédito bancárias existentes, outras fontes de recursos e a geração de caixa de vendas e serviços são suficientes para cumprir os objetivos financeiros de curto prazo e cobrir as necessidades de capital.

A tabela abaixo demonstra a evolução dos clientes por incorporação de imóveis em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022:

	<u>Em 31 de dezembro de</u>				
	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021/2020</u>	<u>2022/2021</u>
<i>(em milhares R\$)</i>					
Contas a receber reconhecido nas demonstrações financeiras					
Circulante	265.325	335.802	301.572	26,6%	-10,2%
Não circulante	<u>272.542</u>	<u>331.696</u>	<u>527.216</u>	21,7%	58,9%
Total do contas a receber reconhecido	<u>537.867</u>	<u>667.498</u>	<u>828.788</u>	24,1%	24,2%
Receitas não reconhecidas ⁽¹⁾	<u>241.674</u>	<u>432.064</u>	<u>499.681</u>	78,8%	15,6%
Saldo total das contas a receber reconhecidas e não reconhecidas	<u>779.541</u>	<u>1.099.562</u>	<u>1.328.469</u>	41,1%	20,8%

⁽¹⁾ As práticas adotadas para apuração e registro dos valores nas contas clientes por incorporação seguem os procedimentos e as normas estabelecidas pela Resolução nº 963/03 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Deliberação CVM nº 624/10. As receitas, custos e despesas relacionados aos empreendimentos imobiliários e loteamentos em construção são reconhecidos no decorrer do período de construção com base no custo incorrido em relação ao custo total do projeto, e não no momento da assinatura dos contratos para a venda de unidades ou do recebimento dos valores que correspondem à venda de unidades.

Nos contratos de venda a longo prazo, os créditos da Companhia perante clientes são, em sua maior parte, reajustados da seguinte forma: (i) incorporação até a entrega das chaves (durante a fase de construção), pelo INCC e pelo ICC, São Paulo e/ou Rio de Janeiro, (ii) incorporação após a concessão do Habite-se (pós-construção), à taxa de juros de 12,0% ao ano, acrescido de IGP-M ou IPCA, e (iii) loteamento a taxa de juros de 6,0% a 12,0% ao ano, acrescido de IGP-M ou IPCA.

FLUXO DE CAIXA

Os fluxos de caixa das atividades operacionais de investimento e de financiamento da Companhia nos anos de 2020, 2021 e 2022 estão descritos na tabela a seguir:

	<u>Em 31 de dezembro de</u>		
	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
	<i>(em milhares R\$)</i>		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(46.471)	(105.036)	(172.065)
Caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades de investimentos	(11.732)	(733)	(4.703)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	16.653	98.842	189.874
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes a caixa	(41.550)	(6.927)	13.106

Em 2022, a Companhia apresentou redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa por conta das liberações de dívidas provenientes dos empreendimentos recém-lançados e/ou com obras em andamento.

Em 2021, a Companhia apresentou redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa por conta das liberações de dívidas provenientes dos empreendimentos recém-lançados e/ou com obras em andamento.

Em 2020, a Companhia apresentou redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa por conta das liberações de dívidas provenientes dos empreendimentos recém-lançados e/ou com obras em andamento.

GARANTIAS

Os empréstimos da Companhia são, em geral, garantidos como segue:

- (i) Dívida corporativa: algumas CCBs são avalizadas pelo Controlador e algumas tem alienação fiduciária das cotas da SPEs;
- (ii) Crédito Imobiliário (financiamento a construção): são garantidos por hipotecas dos respectivos imóveis em moeda nacional.

2.2 Resultado Operacional Financeiro

Comentários dos Diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas da Companhia decorrem, principalmente da venda de unidades de seus empreendimentos de incorporação e loteamento.

A tabela abaixo apresenta a composição da receita operacional líquida da Companhia para os períodos indicados:

Valores em R\$ Mil	2022	2021	2020
Receita da incorporação imobiliária	896.959	633.742	470.668
Devoluções da receita bruta	(229.868)	(160.342)	(153.903)
Receita operacional líquida	667.091	473.400	316.765

A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas conforme o entendimento da manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15).

- Nas vendas de unidades não concluídas, o resultado é apropriado com base nos seguintes critérios:
 1. As receitas de vendas, os custos de terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações são apropriados ao resultado à medida que a construção avança, ao longo do tempo, conforme o cumprimento da obrigação de performance. Desta forma, é adotado o método chamado de “POC”, “percentual de execução ou percentual de conclusão” de cada empreendimento, ou seja, o reconhecimento das receitas e dos custos ocorre à medida que a construção avança. O percentual de avanço físico do empreendimento é obtido utilizando a proporção do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos sobre as vendas contratadas.
 2. As receitas de vendas apuradas, conforme o item (i), incluindo a atualização monetária, líquidas das parcelas já recebidas, são contabilizadas como “créditos perante clientes”, ou como “adiantamentos de clientes”, em função da relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos.
- Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado quando a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual.
- As atualizações e os ajustes a valor presente são apropriados ao resultado, na rubrica de receita de empreendimentos vendidos, no período pré-chaves, e atualizações na rubrica de receitas financeiras, no período pós-chaves, observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento.

As receitas e as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência.

Os impostos incidentes sobre vendas compreendem os impostos PIS e COFINS. O registro contábil destes impostos tem como base de cálculo a própria receita operacional reconhecida. Como estes impostos são pagos observando-se os critérios estabelecidos pela legislação tributária vigente que no caso da Companhia, é o regime de caixa, as diferenças entre os impostos calculados pelo regime de competência e pelo regime de caixa são contabilizadas como impostos diferidos.

A **Receita líquida** totalizou R\$319.768 *versus* R\$473.400 mil em 2021 e R\$316.765 mil em 2020.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os contratos de vendas.

Nos contratos de venda, os créditos perante clientes são em sua maior parte reajustados da seguinte forma:

- (i) incorporação até a entrega das chaves (durante a fase de construção), pelo INCC;
- (ii) incorporação após entrega das chaves (conclusão da obra), à taxa de juros de 8% ao ano, acrescido de IPCA e;
- (iii) loteamento à taxa de juros de 8% a 12% ao ano, acrescido de IGP-M ou IPCA.

As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas ao:

- (i) volume de lançamentos;
- (ii) volume de venda;
- (iii) evolução de obras dos empreendimentos lançados e
- (iv) distratos.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Quatro indexadores têm efeito significativo nos negócios da Companhia:

- INCC: Reajusta o saldo devedor dos clientes de incorporação até o término da obra, resguardando a Companhia da oscilação nos preços dos principais insumos necessários na construção de um empreendimento;
- IGPM: Reajusta o saldo devedor após o término da obra dos clientes de incorporação e loteamento que financiaram seus imóveis diretamente com a Companhia;
- IPCA: Reajusta o saldo devedor dos clientes de incorporação após o término da obra e urbanismo;
- TR: Reajusta as parcelas das linhas de financiamento à produção (SFH);

- CDI: Remunera as aplicações financeiras da Companhia e os saldos de dívida que a Companhia possui,

Aumentos nas taxas de juros afetam o mercado imobiliário na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento.

2.3 Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Comentários dos Diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil em observância as disposições contidas nas Leis das Sociedades por Ações, normas IFRS e nas normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, aplicáveis às suas operações, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 contém 1 parágrafo de ênfase.

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento da administração da Companhia quanto a aplicação do CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15), alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP n.º 02/2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

2.4 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Comentários dos Diretores sobre eventos relevantes abaixo que tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

b.1) Aquisição de participação societária

Não aplicável.

b.2) Alienação de participação societária

Em 16 de setembro de 2020 o Conselho da Administração decidiu alienar 25% das cotas sociais da participação societária no Sistema Fácil Incorporadora Imobiliária Goiânia I SPE Ltda. à Rodobens Corporativa, empresa do mesmo grupo controlador, pelo montante de R\$56.530. O recebimento será em parcelas anuais iniciando em 31 de dezembro de 2021 e limitado a quitação até 31 de dezembro de 2039, corrigidas por 25% do CDI ao ano. A operação foi concretizada em 28 de setembro de 2020, gerando um ganho na alienação de R\$24.831 registrado na rubrica outras receitas e despesas operacionais, líquidas. Em 30 de setembro de 2020 o saldo da operação está registrado na rubrica Contas a receber por alienação cotas da Companhia no montante de R\$56.530.

Em 25 de novembro de 2022 a Companhia alienou 100% das cotas sociais da participação societária na RNI Incorporadora Imobiliária 310 Ltda. pelo montante de R\$ 22.000, apurando receita de alienação de investimento no valor de R\$ 9.619 que foi registrado na rubrica de “outras receitas e despesas operacionais, líquidas”.

c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis

Consolidado	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2022</u>
EBITDA (em R\$ mil)	30.082	36.794	78.622
Margem EBITDA (%)	9,5	7,8	11,8

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA	2020	2021	2022
Lucro Líquido	4.322	14.887	31.687
(+) Imposto de Renda e CS	9.125	13.856	18.746
(+) Resultado Financeiro	(1.265)	(8.922)	(948)
(+) Depreciação e Amortização	1.255	1.091	921
(+) Despesas Financeiras Reg. no Custo	16.645	15.882	28.216
EBITDA	30.082	36.794	78.622
Margem EBITDA	9,5%	7,8%	11,8%
Receita líquida	316.765	473.400	667.091

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é o resultado líquido antes do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), acrescido de depreciação, amortização e despesas financeiras líquidas. O EBITDA não é uma medida de acordo com os Princípios Contábeis Brasileiros, US GAAP ou IFRS e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida do nosso desempenho operacional.

A despesa com juros referentes aos financiamentos de crédito imobiliário é contabilizada como custo de obra, porém são ignoradas para efeito de aferição do percentual de andamento do empreendimento. A parcela destes juros lançados a conta de custos são, portanto, utilizados para o cálculo do EBITDA.

Entendemos que tal medição é amplamente utilizada pelo mercado para analisar a condição financeira e o seu resultado da Companhia, sem os efeitos oriundos da estrutura de capital, impactos tributários e demais resultados não operacionais. Esta medição permite ainda uma comparação com os resultados de outras companhias do mesmo setor por nivelar os resultados decorrentes das estratégias financeiras e fiscais de cada companhia.

Para os fins do disposto neste formulário:

IFRS significa International Financial Reporting Standards: Normas internacionais de contabilidade promulgadas pelo International Accounting Standards Committee.

Princípios Contábeis Brasileiros significam: Práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as normas editadas pela CVM, inclusive aquelas que aprovam pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), as normas e pronunciamentos editados pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (“IBRACON”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

US GAAP significa: Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não houve.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) regras sobre retenção de lucros:

De acordo com a Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar sobre retenção da parcela do lucro líquido do exercício mediante aprovação de orçamento de capital.

Nos exercícios sociais de 2020, 2021 e 2022, o lucro remanescente, após a constituição da reserva legal e dos dividendos propostos, foi transferido para reserva de retenção de lucros para fazer face aos compromissos que assumimos, conforme detalhado no orçamento de capital aprovado nas respectivas Assembleias Gerais Ordinárias.

b) regras sobre a distribuição de dividendos:

De acordo com o nosso Estatuto Social, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido ajustado deve ser destinado, ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas.

Todos os titulares de ações, na data em que o dividendo for declarado, farão jus ao seu recebimento. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento. Em qualquer hipótese, o pagamento de dividendos deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que tenham sido declarados. Os acionistas têm um prazo de três anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio referentes às suas ações, após o qual o valor dos dividendos não reclamados será revertido em nosso favor.

De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, poderemos declarar dividendos intermediários baseado em balanços trimestrais ou semestrais, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das reservas de nosso capital. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

c) periodicidade das distribuições de dividendos:

A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente e foi realizada nos prazos estabelecidos pela Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:

Não Aplicável

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não Aplicável

2.8 Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iii) contratos de construção não terminada; e iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as suas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos seus resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

2.9 Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Indicação e comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os investimentos da Companhia se concentraram na aquisição de terrenos para realização dos seus empreendimentos por meio de permuta financeira ou física, e estão registrados na rubrica imóveis a comercializar, circulante e não circulante.

A Companhia conta com os recursos de captações decorrentes do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) e CCB (Cédula de Crédito Bancário), para subsidiar a construção dos empreendimentos

b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não há

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável

2.11 Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima

RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 67.010.660/0001-24

NIRE 35.300.335.210

ANEXO II - PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Anexo A da Resolução 81/2022)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O Lucro Líquido da Companhia em 31.12.2022 foi de R\$ **21.352.030,04**.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O Valor total proposto para ser distribuído a título de dividendos é R\$ 6.085.328,56 e o valor por ação é R\$ 0,144191674. Não houve pagamento antecipado de dividendos ou mesmo pagamento de juros sobre o capital próprio pela Companhia durante o exercício de 2022.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A administração propõe a distribuição de 30% do lucro líquido ajustado do exercício, ou seja, o lucro líquido após a destinação de reserva legal.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, vez que a Companhia não distribuiu ou distribuirá lucros com base em exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor bruto a ser distribuído a título de dividendos é R\$ 6.085.328,56, o valor por ação ordinária é R\$ 0,144191674. Não se aplica a juros sobre capital próprio.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta da Administração é o pagamento integral dos dividendos no dia 23 de junho de 2023, à vista.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data para a identificação dos acionistas que terão direito ao recebimento do dividendo será a data da Assembleia Geral Ordinária, 25 de abril de 2023.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de	
	2022 ⁽¹⁾	2021
Lucro líquido por ação ordinária	0,505935697	0,200597165
Dividendos distribuídos por ação ordinária	0,144191674	0,057170192
Juros sobre capital próprio por ação	-	-

(1) Proposta da Administração ainda a ser deliberada pela Assembleia Geral Ordinária

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

Nos termos da Lei nº 6.404/76, a administração propõe a destinação de R\$ 1.067.601,50 à Reserva Legal.

b. detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do lucro líquido de R\$ 21.352.030,04, 5% foram destinados a reserva legal, ou seja, R\$ 1.067.601,50.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

De acordo com o Artigo 34, “d” do Estatuto Social da Companhia, a parcela correspondente a, 30% (trinta por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202 II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório será pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não está sendo retido nenhum montante do dividendo mínimo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado a reserva

Não aplicável

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

Não aplicável

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável

b. Identificar o montante destinado a reserva

Não aplicável

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Foi proposto pela Administração a retenção do montante de R\$ 14.199.099,98 do lucro líquido do exercício de 2022 (excluindo reserva legal e dividendo mínimo obrigatório).

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Exercício Social de 2023	
Em R\$ Mil	Orçado
Retenção de Lucros (art 196)	14.199
Contas a receber e incremento da Dívida Bruta	588.131
Receita Operacional líquida	602.330
Amortização de dívidas, pagamento de dividendos e estimativa de custo de obra a incorrer	602.330
Receita Operacional líquida	602.330

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado a reserva

Não aplicável

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável

RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 67.010.660/0001-24

NIRE 35.300.335.210

ANEXO III - PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme art. 13 da Resolução 81/2022 e item 8 do Formulário de Referência)

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A política de remuneração, aprovada em 09/03/2022 pelo Conselho de Administração e disponibilizada no website da CVM e da companhia, abrange os objetivos detalhados abaixo:

Nossa política de remuneração para nossos diretores estatutários e membros do Conselho de Administração tem o objetivo de atração e retenção dos melhores talentos para atuação como administradores.

A remuneração de administradores é determinada de acordo com as funções e responsabilidades de cada um em relação a outros executivos da Companhia e de acordo com pesquisas de mercado e a indústria de construção imobiliária, bem como o desempenho individual e coletivo da equipe de gestão executiva para atingir o objetivo da Companhia de aumentar o valor das ações detidas pelos acionistas.

A Companhia enfatiza a valorização das ações detidas pelos acionistas no longo prazo como a principal medida de sucesso.

Os membros da nossa Diretoria fazem jus a uma remuneração fixa e a uma remuneração variável. A estratégia de remuneração fixa e variável é aprovada pelo Conselho de Administração.

Os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus apenas à remuneração fixa mensal, independentemente do número de convocações.

Os membros efetivos do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa, estabelecida dentro dos limites previstos na legislação aplicável.

Adicionalmente, os membros do comitê de auditoria fazem jus à remuneração fixa mensal.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, é analisada e estabelecida através da AGO.

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Eventuais reajustes a serem aplicados acerca da Remuneração dos Administradores, devem ser promovidos, levando-se em consideração o processo de Avaliação dos Administradores, a ser apurado conforme aplicável, nos termos da Política de Indicação e Avaliação de Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês e Diretoria, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 09/03/2022.

Além disso será levado em consideração, pesquisas de mercado realizadas por consultorias externas especializadas, observado as empresas do mesmo porte, atuantes no Brasil.

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, seguindo os critérios acima expostos.

c) composição da remuneração indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

SALÁRIO BASE

Os salários base dos administradores da Companhia são revisados anualmente de forma que reflitam a contribuição relativa de cada executivo da equipe.

BENEFÍCIOS

A Companhia concede a sua Diretoria plano de assistência médica (inclusive aos seus dependentes). A despesa da Companhia com os planos de assistência médica da Diretoria é composta por um valor fixo e um valor variável de coparticipação do executivo conforme sua utilização.

A Diretoria recebe da Companhia por dia útil um ticket refeição no valor R\$ 50,00 (cinquenta reais) e mensalmente recebe um ticket alimentação no valor R\$ 500,00 (quinhentos reais) ambos os valores são custeados 100% (cem por cento) pela Companhia.

A Diretoria conta com um seguro de vida fornecido pela empresa com valor de regaste em até 30 vezes o valor do seu pró-labore, limitado a um teto de R\$ 1.000.000,00.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

A Companhia oferece aos seus diretores um plano de participação nos lucros e resultados atrelados ao cumprimento de metas orçamentárias e metas operacionais, tendo este alvo em múltiplos de salário de acordo com o nível.

- **Como os objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia. Em uma perspectiva de curto prazo, a

Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado. Em médio e longo prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de participação nos resultados da Companhia aos colaboradores.

- **em relação aos últimos 3 exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria tendo em vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é uma remuneração fixa.

Já no caso da Diretoria, para os últimos 3 exercícios sociais, a remuneração fixa correspondeu a aproximadamente 54,83% da remuneração total, enquanto a remuneração variável correspondeu aproximadamente aos demais 45,17%. Esses percentuais podem variar em função de mudanças nos resultados obtidos pela Companhia no período, dado ao componente de compartilhamento de riscos e resultados existente na remuneração variável.

- **metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos administradores são comparados periodicamente com o mercado através de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, visando avaliar sua competitividade e efetuar eventuais ajustes.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Mantemos uma política de remuneração baseada em metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dessa forma, buscamos alinhar a ação de nossos colaboradores aos nossos interesses e aos interesses dos acionistas. Entre as metas quantitativas, destacamos o acompanhamento do nosso resultado global pactuado mensurado pela Dívida Corporativa Máxima, Margem Bruta e Lucro Líquido Exercício. No plano qualitativo, mensuramos por meio de avaliações periódicas o desempenho individual e, para os níveis gerenciais, liderança e formação de equipe.

A parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão. Sendo assim, os valores a serem pagos a nossos administradores a título de participação nos resultados da Companhia, dependem da evolução da Companhia e do alcance de metas individuais dos nossos administradores.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência dos nossos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e o desempenho de curto prazo.

(iii) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Todos os membros da Diretoria da Companhia são aptos ao recebimento de remuneração fixa e variável. A remuneração variável está atrelada ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica. Não há remuneração suportada aos administradores da Companhia por qualquer empresa subsidiárias, controladas ou controladores direta ou indireta ainda que alguns administradores ocupem cargos em outras empresas do grupo, cuja remuneração específica a estas funções é paga pelas respectivas empresas.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle societário do emissor

Não se aplica.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Em 2023 a remuneração global dos nossos administradores, sujeita à aprovação de nossos acionistas em Assembleia Geral, está estimada em R\$4.950.548,00 já incluídos benefícios de qualquer natureza e verbas de remuneração.

O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal¹	Total
Nº total de membros	7	3	6	16
Nº de membros remunerados	5	3	3	11
Remuneração Fixa Anual (em R\$)	525.812	2.372.000	71.736	2.969.548
Salário ou Pró-labore	525.812	2.072.000	71.736	2.669.548
Benefícios diretos e indiretos	-	300.000	-	300.000
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	1.981.000	-	1.981.000
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	1.981.000	-	1.981.000
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-
Benefício pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	43.818	197.667	5.978	247.462
Observação	O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social			

Total da Remuneração	525.812	4.353.000	71.736	4.950.548
Despesas Previdenciárias	105.162	1.032.802	14.347	1.152.311
Total Remuneração e Despesas Previdenciárias	630.974	5.385.802	86.083	6.102.859

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal²	Total
Nº total de membros	7	2	6	15
Nº de membros remunerados	5	2	3	10
Remuneração Fixa Anual (em R\$)	525.812	1.688.000	71.736	2.285.548
Salário ou Pró-labore	525.812	1.509.000	71.736	2.106.548
Benefícios diretos e indiretos	-	179.000	-	179.000
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	1.570.000	-	1.570.000
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	1.570.000	-	1.570.000
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-
Benefício pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	43.818	140.667	5.978	190.462
Observação	O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social			
Total da Remuneração	525.812	3.258.000	71.736	3.855.548

Despesas Previdenciárias	105.162	751.129	14.347	870.638
Total Remuneração e Despesas Previdenciárias	630.974	4.009.129	86.083	4.726.186

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal³	Total
Nº total de membros	7	2	6	15
Nº de membros remunerados	5	2	3	10
Remuneração Fixa Anual (em R\$)	525.812	1.521.483	71.736	2.119.031
Salário ou Pró-labore	525.812	1.355.100	71.736	1.952.648
Benefícios diretos e indiretos	-	166.383	-	166.383
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	443.427	-	443.427
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	443.427	-	443.427
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-
Benefício pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	43.818	126.790	5.978	176.586
Observação	O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social			
Total da Remuneração	525.812	1.964.910	71.736	2.562.458
Despesas Previdenciárias	105.162	548.912	14.347	668.421

Total Remuneração e Despesas Previdenciárias	630.974	2.513.822	86.083	3.230.879
---	----------------	------------------	---------------	------------------

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal⁴	Total
Nº total de membros	7	2,25	6	15,25
Nº de membros remunerados	5	2,25	3	10,25
Remuneração Fixa Anual (em R\$)	525.812	1.586.789	71.736	2.204.897
Salário ou Pró-labore	525.812	1.429.725	71.736	2.047.833,00
Benefícios diretos e indiretos	-	157,064	-	157.064
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	1.938.416	-	1.938.416
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	1.938.416	-	1.938.416
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-
Benefício pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	43.818	293.767	5.978	345.276
Observação	O número de membros indicado acima, corresponde à média anual de membros de cada órgão apurado mensalmente para cada exercício social			
Total da Remuneração	525.812	3.525.205	71.736	4.122.753
Despesas Previdenciárias	105.162	853.520	14.347	973.029
Total Remuneração e Despesas Previdenciárias	630.974	4.378.725	86.083	5.095.782

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal⁵	Total
Nº total de membros	7	3	6	16
Nº de membros remunerados	5	3	3	11
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação no resultado	-	1.981.000	-	1.981.000
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.981.000	-	1.981.000
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	0	-	0

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal⁶	Total
Nº total de membros	7	2	6	15
Nº de membros remunerados	5	2	3	10
Bônus	-	-	-	-

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	630.974	2.439.129	86.083	3.156.186
Participação no resultado	-	1.570.000	-	1.570.000
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	1.570.000	-	1.570.000

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal⁷	Total
Nº total de membros	7	2	6	15
Nº de membros remunerados	5	2	3	10
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	630.974	2.070.395	86.083	2.787.452
Participação no resultado	-	443.427	-	443.427
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00

Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	443.427	-	443.427

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal⁸	Total
Nº total de membros	7	2,25	6	15,25
Nº de membros remunerados	5	2,25	3	10,25
Bônus	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	630.974	2.440.309	86.083	3.157.366
Participação no resultado	-	1.938.416	-	1.938.416
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	1.938.416	-	1.938.416

Conforme mencionado no item 8.1, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável.

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a) Termos e condições gerais

Não se aplica.

b) Data de aprovação e órgão responsável

Não se aplica.

c) Número máximo de ações abrangidas

Não se aplica.

d) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica.

e) Condições de aquisição de ações

Não se aplica.

f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não se aplica.

g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Não se aplica.

h) Forma de liquidação

Não se aplica.

i) Restrições à transferência das ações

Não se aplica.

j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não se aplica.

k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica.

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: i) em aberto no início do exercício social, ii) perdidas e expiradas durante o exercício social e iii) exercidas durante o exercício social; (e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto.

Não se aplica, porque não há plano de remuneração baseada em ações aprovado pela Companhia.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) data de outorga; (e) quantidade de opções outorgadas; (f) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (g) prazo máximo para exercício das opções; (h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções; (i) valor justo das opções na data da outorga e (j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga.

Não se aplica, porque não há plano de remuneração baseada em ações aprovado pela Companhia.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não se aplica, porque não há plano de remuneração baseada em ações aprovado pela Companhia.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

2022	Conselho de Administração	Diretoria
b) Número de membros	N/A	N/A
c) Número de membros remunerados	N/A	N/A
d) número de ações	N/A	N/A
e) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

2021	Conselho de Administração	Diretoria
b) Número de membros	N/A	N/A
c) Número de membros remunerados	N/A	N/A
d) número de ações	N/A	N/A
e) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

2020	Conselho de Administração	Diretoria
b) Número de membros	N/A	N/A
c) Número de membros remunerados	N/A	N/A

d) número de ações	N/A	N/A
e) preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A
g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não Aplicável

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não Aplicável

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não Aplicável

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo.

Não Aplicável

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

A tabela abaixo indica o número de ações detidas diretamente na Companhia por órgão da

administração em 31/12/2022:

Grupo (Órgão)	# Ações	% Capital Social
Membros do Conselho de Administração que integram o Acordo de Acionistas	8.939.762	20,42%
Conselho de Administração	264.141	0,60%
Diretoria	8.200	0,02%
Conselho Fiscal	400	0,00%
Total	9.212.503	21,05%

A tabela abaixo indica o número de ações detidas na RODOBENS PARTICIPAÇÕES S.A. por órgão da administração em 31/12/2022:

Grupo (Órgão)	Ações	%
Membros do Conselho de Administração que integram o Acordo de Acionistas	0	0,00%
Conselho de Administração	434.895.257	44,75 %
Diretoria	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%
Total	434.895.257	44,75 %

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	0	0	0
Nº de membros remunerados	0	0	0
Nome do Plano	N.A.	N.A.	N.A.
Quantidade de administradores que reúnem as condições de se aposentar	N.A	0	
Condições para se aposentar antecipadamente	N.A	N.A	N.A

Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N.A	N.A.*N.A.	N.A.
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N.A	N.A.	N.A.
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N.A	N.A.	N.A.

8.15 Indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Diretoria Estatutária

Ano	Número de Membros	Número de Membros Remunerados	Valor da Maior Remuneração Individual (R\$)	Valor da Menor Remuneração Individual (R\$)	Valor Médio de Remuneração Individual (R\$)
2022	2	2	81.549	59.100	843.893
2021	2	2	71.933	54.858	760.742
2020	2	2	70.798	46.390	635.831

Conselho de Administração:

Ano	Número de Membros	Número de Membros Remunerados	Valor da Maior Remuneração Individual (R\$)	Valor da Menor Remuneração Individual (R\$)	Valor Médio de Remuneração Individual (R\$)
2022	7	5	50.933	20.115	105.162
2021	7	5	50.933	20.115	105.162
2020	7	5	50.933	20.115	105.162

Conselho Fiscal:

Ano	Número de Membros	Número de Membros Remunerados	Valor da Maior Remuneração Individual (R\$)	Valor da Menor Remuneração Individual (R\$)	Valor Médio de Remuneração Individual (R\$)
2022	6	3	5.978	5.978	23.912
2021	6	3	5.978	5.978	23.912
2020	6	3	5.978	5.978	23.912

8.16 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não se aplica.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não se aplica. As partes relacionadas ao controlador não recebem remuneração.

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não se aplica.

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não se aplica.

8.20 Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido informadas neste item.

RNI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.*Companhia Aberta*

CNPJ nº 67.010.660/0001-24

NIRE 35.300.335.210**ANEXO IV - INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS DO CONSELHO FISCAL**

(Conforme itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal e conselho de administração da CompanhiaCONSELHO FISCAL

NOME:	ROBERTO LOPES DE SOUZA JUNIOR
Data de Nascimento	20/06/1973
Profissão:	Contador
CPF ou número de passaporte	121.770.488-42
Cargo eletivo ocupado:	Efetivo
Data da eleição:	23.04.2023
Data da posse:	23.04.2023
Prazo do mandato:	Até AGO de 2024
Eleito pelo controlador:	Sim
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Não aplicável
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	30/04/2007
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Sócio e administrador das empresas do ramo contábil Lopes de Souza Contadores Associados SS Ltda e L&V Contabilidade Ltda, onde atua como diretor de todos os departamentos (fiscal, contábil, RH, Logística Documental, Rural); sócio administrador da sociedade Planrio Administração e Empreendimento Ltda, empresa de administração de bens, onde atua como diretor da

	<p>empresa voltada a administração de bens; sócio administrador da empresa LVX Participações Ltda</p> <p>As empresas em que o membro do Conselho Fiscal atua e atuou não integram o grupo econômico da Companhia e não detêm participação no capital social da Companhia.</p>
<p>descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho Fiscal indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

NOME:	RONALDO ANGELO PESSETTI
Data de Nascimento:	05/10/1968
Profissão:	Administrador de empresas
CPF ou número de passaporte	102.895.638-01
Cargo eletivo ocupado:	Suplente
Data da eleição:	23.04.2023
Data da posse:	23.04.202
Prazo do mandato:	Até AGO de 2024
Eleito pelo controlador:	Sim
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Não aplicável
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	24/04/2015
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor	Experiência de mais de 21 anos nas áreas de Auditoria e Controladoria, ocupando atualmente o cargo de Coordenador de Controladoria da

que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Rodobens Participações S.A, com foco em análise de resultados.</p> <p>Possui formação técnica em contabilidade, graduado em Administração de Empresas e MBA Executivo em Finanças Corporativa pelo UNIRP-Centro Universitário de Rio Preto.</p> <p>A Rodobens S.A (antiga GV Holding S/A) integra o grupo econômico da Companhia, na qual faz parte também a controladora da Companhia, Rodobens Participações S.A, a qual em conjunto com o Sr. Waldemar Verdi Junior, detém aproximadamente 46,4% do capital social da Companhia.</p>
indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não aplicável.
descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho Fiscal indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

NOME:	MARCO ANTÔNIO BACCHI DA SILVA
Data de Nascimento:	08/12/1966
Profissão:	Contabilista
CPF ou número de passaporte	085.360.648-03
Cargo eletivo ocupado:	Efetivo
Data da eleição:	23.04.2023
Data da posse:	23.04.2023
Prazo do mandato:	Até AGO de 2024

Eleito pelo controlador:	Sim
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Não aplicável
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	24/04/2015
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Atualmente atua como consultor independente nas áreas contábil e tributária.</p> <p>Ocupou o cargo de Gerente Geral de Controladoria na Rodobens Serviços Compartilhados, desde 02 de janeiro de 2012 até 09 de janeiro de 2020, e anteriormente ocupava o cargo de Gerente Corporativo de Contabilidade e Tributos (última denominação da anterior Gerente de Contabilidade Geral) na empresa Rodobens Corporativa S/A, de junho de 2000 à dezembro de 2011.</p> <p>Profissional que tem sua carreira voltada à área contábil e tributária, tendo iniciado nas empresas do Grupo Rodobens em outubro de 1990 no departamento de Coordenadoria Contábil e em junho de 2000 assumiu as responsabilidades da auditoria contábil e tributária (na área federal) das empresas, sendo que no início de 2007 também passou a ser responsável pela auditoria fiscal na área de ICMS e ISS; ainda presta trabalhos de consultoria e assessoria contábil nas empresas e à diretoria corporativa, responsável pela elaboração do balanço consolidado e atendimento de auditoria externa e da elaboração de planejamentos tributários e desde 2012 até janeiro/2020 foi responsável pela controladoria a qual engloba os departamentos contábil e fiscal da maioria das empresas do Grupo Rodobens. É graduado em Ciências Contábeis e também em Direito e pós-graduado em Contabilidade e Auditoria e também em Direito Tributário.</p>
indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não aplicável.

descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho Fiscal indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
--	---

NOME:	MARCEL PINHEIRO ORLANDINI
Data de Nascimento:	15.07.1986
Profissão:	Contabilista
CPF ou número de passaporte	351.438.268-96
Cargo eletivo ocupado:	Suplente
Data da eleição:	23.04.2023
Data da posse:	23.04.2023
Prazo do mandato:	Até AGO de 2024
Eleito pelo controlador:	Sim
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Não aplicável
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	24/04/2015
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Ocupa o cargo de contador no Centro de Serviços Compartilhados desde 01 de março de 2020, e anteriormente ocupava o cargo de coordenador administrativo de janeiro de 2012 à fevereiro de 2020. Ainda, foi analista contábil na empresa Rodobens Corporativa S/A de janeiro de 2008 à dezembro de 2011. A Rodobens S.A (antiga GV Holding S/A) integra o grupo econômico da Companhia, na qual faz

	<p>parte também a controladora da Companhia, Rodobens Participações S.A, a qual em conjunto com o Sr. Waldemar Verdi Junior, detém aproximadamente 46,4% do capital social da Companhia.</p> <p>Profissional que tem sua carreira voltada a área contábil e tributária, tendo iniciado no Grupo Rodobens em setembro de 2005 no departamento de Assessoria Contábil e Tributária como estagiário e em janeiro de 2008 passou a atuar como Analista Contábil, executando trabalhos de auditoria interna contábil e tributária no Grupo Rodobens e Consolidação de Balanço do Grupo. De 2012 a fevereiro de 2020 atuou com planejamento tributário e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do grupo. A partir de março de 2020 vem atuando como contador, executando os trabalhos de contabilidade da Rodobens Corporativa S.A e responsável pelas demonstrações financeiras consolidadas do grupo. Além dessas atividades, a partir de março de 2021 também passou a executar trabalho de contabilidade da Rodobens S.A. e negócios voltados à Holding do Grupo Rodobens.</p>
<p>indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Não aplicável.</p>
<p>descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho Fiscal indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

NOME:	GUSTAVO ADOLFO TRAUB
Data de Nascimento:	24/03/1979
Profissão:	Engenheiro Civil
CPF ou número de passaporte	026.752.379-30
Cargo eletivo ocupado:	Efetivo
Data da eleição:	23.04.2023
Data da posse:	23.04.2023
Prazo do mandato:	Até AGO de 2024
Eleito pelo controlador:	Não
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Sim, conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	26/04/2016
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Ocupa o cargo de Superintendente de Suprimentos - Trading Internacional, na Fertilizantes do Paraná Ltda., definindo e implementando as estratégias para negociação e compra de matéria prima no mercado internacional de commodities. Anteriormente, trabalhou no HSBC Bank Brasil S.A. (2007-2008), como Gerente de Planejamento e Controle – Premier & Personal Investment Business, definindo e direcionando a estratégia de vendas de produtos de investimentos para os diversos segmentos pessoa física.</p> <p>As empresas em que o membro do Conselho Fiscal atua e atuou não integram o grupo econômico da Companhia e não detêm participação no capital social da Companhia.</p>
indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não aplicável.

descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho Fiscal indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
--	---

NOME:	GUILHERME HENRIQUE TRAUB
Data de Nascimento:	09/06/1981
Profissão:	Advogado
CPF ou número de passaporte	033.643.019-13
Cargo eletivo ocupado:	Suplente
Data da eleição:	23.04.2023
Data da posse:	23.04.2023
Prazo do mandato:	Até AGO de 2024
Eleito pelo controlador:	Não
Membro independente e respectivo critério utilizado para determinar independência	Sim, conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	24/04/2019
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Atualmente ocupa o cargo de Sócio da Motta, Fernandes Rocha Advogados, São Paulo, SP, Brasil, atuando na área Societária, Mercado de Capitais, Direito Bancário e Compliance. É responsável por uma equipe com três associados e três estagiários. Participou de operações envolvendo <i>private equity</i> , fusões e aquisições, mercado de capitais e procedimentos administrativos e ações judiciais envolvendo questões regulatórias de mercado de capitais

	<p>(Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e Banco Central do Brasil). As principais operações incluíram (a) empréstimos internacionais, incluindo financiamentos estruturados, (b) reestruturações societárias, (c) criação de fundos de investimento, (d) securitização, (e) ofertas de dívida, (f) operações de infraestrutura; e (g) questões envolvendo a CVM e o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Possui experiência em uma grande variedade de operações, garantidas ou não, incluindo aquelas com desafios únicos e complexos.</p> <p>Membro da <i>International Bar Association</i>, participando de comitês relativos a direito bancário, mercado de capitais, fusões e aquisições, fundos de investimento e Compliance.</p> <p>Anteriormente atuou como Advogado Júnior, Pleno e Sênior na Motta, Fernandes Rocha Advogados, São Paulo, SP, Brasil, (Departamentos de Direito Societário, de Mercado de Capitais e de Direito Bancário) em meados de Janeiro de 2008 a abril de 2014, na área de Mercados Financeiro e de Capitais e Direito Societário, participando ativamente (i) na elaboração de (a) contratos financeiros e de garantia (cessão fiduciária, penhor, etc); (b) escritura de emissão de debêntures e contratos correlatos; e (c) atos societários em geral; (ii) na constituição de fundos de investimento, incluindo elaboração de regulamentos, prospectos e documentos correlatos, incluindo, sem limitação, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (securitização), Fundos de Investimento em Participações (private equity) e Fundos de Investimento Imobiliário; (iii) em fusões e aquisições de empresas e reestruturações societárias (contratos de compra e venda de ações, bônus de subscrição e contratos de garantia relacionados); (iv) de assembleias gerais de</p>
--	---

	<p>acionistas e reuniões de conselho de administração de companhias; e (v) no desenvolvimento de atividades</p> <p>As empresas em que o membro do Conselho Fiscal atua e atuou não integram o grupo econômico da Companhia e não detêm participação no capital social da Companhia.</p>
<p>indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados. O membro do Conselho Fiscal indicado declarou que não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

As pessoas ora indicadas para compor o Conselho Fiscal da Companhia não compõem nenhum outro comitê da Companhia.

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

a) administradores da Companhia

Administrador do emissor ou controlada

Giuliano Finimundi Verdi - Membro do Conselho de Administração da Companhia.

Pessoa relacionada

Waldemar Verdi Junior - Membro do Conselho de Administração da Companhia.

Tipo e Grau de Parentesco

Pai (1º grau por consanguinidade)

Administrador do emissor ou controlada

Waldemar Verdi Junior - Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Pessoa relacionada

Giuliano Finimundi Verdi - Membro do Conselho de Administração da Companhia.

Tipo e Grau de Parentesco

Filho (1º grau por consanguinidade)

b) administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia

Não aplicável.

c) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia

Administrador do emissor ou controlada

Giuliano Finimundi Verdi

Membro do Conselho de Administração da Companhia.

Pessoa relacionada

Waldemar Verdi Junior

Membro do bloco de controle da Companhia

Tipo e Grau de Parentesco

Pai (1º grau por consanguinidade)

Administrador do emissor ou controlada

Waldemar Verdi Junior - Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Pessoa relacionada

Giuliano Finimundi Verdi - Membro do bloco de controle da Companhia

Tipo e Grau de Parentesco - Filho (1º grau por consanguinidade)

d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Administrador do emissor ou controlada

Waldemar Verdi Junior - Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Pessoa Relacionada

Beny Maria Verdi Haddad - Membro do Conselho de Administração da Rodobens Participações S.A.

Tipo e Grau de Parentesco - Irmã (2º grau por consanguinidade)

Administrador do emissor ou controlada

Waldemar Verdi Junior - Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Pessoa Relacionada

Ena Lucia Escobar Verdi Caldeira - Membro do Conselho de Administração da Rodobens Participações S.A.

Tipo e Grau de Parentesco - Irmã (2º grau por consanguinidade)

Administrador do emissor ou controlada

Waldemar Verdi Junior - Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Pessoa Relacionada

Alessandra Escobar Verdi Kleinert - Membro do Conselho de Administração da Rodobens Participações S.A.

Tipo e Grau de Parentesco - Irmã (2º grau por consanguinidade)

Administrador do emissor ou controlada

Giuliano Finimundi Verdi - Membro do Conselho de Administração da Companhia

Pessoa Relacionada

Waldemar Verdi Junior - Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Rodobens Participações S.A.

Tipo e Grau de Parentesco - Pai (1º grau por consanguinidade)

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia com exceção daquelas em que a Companhia detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

Não se aplica

b) controlador direto ou indireto da Companhia

Não se aplica.

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas

Não se aplica.